

XII MANDATO

ATA

Reunião ordinária pública de 8 de fevereiro de 2021

(Ata nº 86)

Ao oitavo dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, pelas nove horas e trinta, realizou-se, por videoconferência, em cumprimento do artigo 3.º n.º 1 da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, na redação que lhe foi conferida pela Lei 1-A/2021, de 13 de janeiro, e da deliberação camarária de 25 de janeiro de 2021, a reunião ordinária do executivo camarário, sob a Presidência do Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Ricardo Bruno Antunes Machado Rio (Coligação Juntos por Braga), com a presença do Sr. Vereador Altino Bernardo Lemos Bessa (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador João Vasconcelos Barros Rodrigues (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Lúcia Brás Dias (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Maria do Sameiro Macedo Araújo (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador Miguel Sopas de Melo Bandeira (Coligação Juntos por Braga), da Sr.ª Vereadora Olga Maria Esteves Araújo Pereira (Coligação Juntos por Braga), do Sr. Vereador Artur Jorge Oliveira Feio (PS), da Sr.ª Vereadora Liliana Angélica Costa Matos Pereira (PS), da Sr.ª Vereadora Maria Helena Fernandes Teixeira (PS) e da Sra. Vereadora Bárbara Seco de Barros (CDU), em substituição do Sr. Vereador Alberto Carlos Carvalho de Almeida (CDU), na sequência de comunicação dirigida pelo próprio ao Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara, no passado dia 4 de janeiro de 2021, nos termos do artigo 78º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atualizada. Secretariou Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso. Pelas 09:35, confirmada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. Para conhecimento é presente o resumo diário da Tesouraria, referente ao dia 2. **ORDEM DO DIA. DELIBERAÇÕES. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM 25 DE JANEIRO DE 2021 (Ata nº 85/2020) NOS TERMOS DO ARTIGO 57.º DO ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.** Foi dispensada a leitura da ata, conforme deliberação tomada em reunião de 23 de outubro de dois mil e dezassete -

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE PELOS MEMBROS PRESENTES NA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM 25 DE JANEIRO DE 2021. PEDIDO DE CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE TAXAS, AO ABRIGO DO ARTIGO B-3/4º, ALÍNEA A) CONJUGADO COM O ARTIGO H-1/17º, AMBOS DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA, DEVIDAS PELA EMISSÃO DA LICENÇA RESPEITANTE A OBRAS DE ALTERAÇÃO DO EDIFÍCIO SITUADO NA RUA DO CASTELO, Nº 27/33/37, UNIÃO DE FREGUESIAS DE S. JOSÉ DE S. LÁZARO E SÃO JOÃO DO SOUTO, REQUERIDA POR FERNANDO TORRES, IMOBILIÁRIA, UNIPESSOAL, LDA., NO VALOR DE 604,55 € (SEISCENTOS E QUATRO EUROS E CINQUENTA E CINCO CÊNTIMOS) A QUE SE REPORTA A INFORMAÇÃO DA DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO/DEPARTAMENTO FINANCEIRO/DIVISÃO DE CONTROLO E ARRECADAÇÃO DA RECEITA: *«Submete-se à Consideração do Executivo Municipal a apreciação do pedido de isenção de taxas de licença respeitante a obras de alteração do edifício situado na Rua do Castelo, nº 27/33/37, União de freguesias de S. José de S. Lázaro e São João do Souto, requerida pela Empresa Fernando Torres, Imobiliária, Unipessoal, Lda., no valor de 604,55 € (seiscentos e quatro euros e cinquenta e cinco cêntimos) apresentado por Fernando Torres, Imobiliária, Unipessoal, Lda. a que se reporta a informação (informação 62144) da Direção Municipal de Gestão/Departamento Financeiro/Divisão de Controlo e Arrecadação da Receita. Segundo informação dos serviços técnicos a pretensão tem enquadramento no Código Regulamentar do Município de Braga, conforme informações que se anexam. Do teor da deliberação deverá dar-se conhecimento à Assembleia Municipal.»* **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. DEVE DAR-SE CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO DA FONTE DO PELICANO, COMO BEM CULTURAL DE INTERESSE MUNICIPAL, SITUADA NA PRAÇA DO MUNICÍPIO, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MAXIMINOS, SÉ E CIDADE – ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE CLASSIFICAÇÃO:** *Do Sr. Vereador Miguel Bandeira submete-se à Consideração do Executivo Municipal a proposta de Classificação da Fonte do Pelicano, como Bem Cultural de Interesse Municipal, situada na Praça do Município, União de freguesias de Maximinos, Sé e Cidade, desta cidade – Abertura do procedimento de classificação - nos termos do nº 1, do artigo 94º da Lei de Bases do Património Cultural, aprovada pela Lei nº 107/2001, de 8 de setembro, conforme informações devidamente circunstanciadas da Direção Municipal de Urbanismo Ordenamento e Planeamento/ Divisão do Centro Histórico, Património e Arqueologia, que se anexam. Os documentos anexos à presente proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas* **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. PROPOSTA- APROVAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA RELATIVO À**

EDIFICAÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE TURISMO: RETIRADO DA ORDEM DE TRABALHOS. PROPOSTA – ATRIBUIÇÃO DE CANDIDATURA AO INCENTIVO AO INVESTIMENTO – FRITEMPO – COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE FRIO E AR CONDICIONADO LDA – REGULAMENTO MUNICIPAL DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO: *Submete-se à aprovação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o Regulamento Municipal de Concessão de Incentivos ao Investimento, processo relativo à candidatura apresentada por FRITEMPO- COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE FRIO E AR CONDICIONADO LDA, de acordo com proposta, que vai em anexo. Os documentos anexos à presente proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.* **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA REFERENTE À OPERAÇÃO URBANÍSTICA COM VISTA À AMPLIAÇÃO DE UM EQUIPAMENTO DESTINADO A LAR E CENTRO DE DIA E ATL, LOCALIZADO NA RUA CENTRO SOCIAL, 8, FREGUESIA DE SOBREPOSTA, EM QUE É REQUERENTE O CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SOBREPOSTA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NO ARTIGO 75º, DO REGULAMENTO DO PDM:** *«Do Sr. Vereador Miguel Bandeira submetendo a apreciação do Executivo Municipal, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 75º, nº 2 e 3, do Regulamento do PDM, o pedido de informação prévia apresentado pelo Centro Paroquial de Sobreposta, referente à operação urbanística a realizar na Rua Centro Social, 8, Sobreposta. De acordo com as informações técnicas prestadas pela Direção Municipal de Urbanismo, Ordenamento e Planeamento/Divisão de Gestão Urbanística, que se anexam, é emitida informação favorável, nos termos aí exarados, condicionada à pronúncia da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido no citado artigo 75º do Regulamento do PDM.»* Os documentos anexos à presente proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas- **DELIBERADO APROVAR, POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DO SR. VEREADOR ALTINO BESSA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA LÍDIA BRÁS DIAS (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA) E DA SRA. VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS (CDU). ABSTIVERAM-SE O SR. VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO (PS), A SR.ª VEREADORA LILIANA ANGÉLICA**

COSTA MATOS PEREIRA (PS) E A SR.ª VEREADORA MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA (PS). PEDIDO DE CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE TAXAS, RESPEITANTE A OBRAS LEVADAS A CABO NO EDIFÍCIO, SITUADO NA AVENIDA DA LIBERDADE, Nº 697 (TEATRO CIRCO) REQUERIDA PELO TEATRO CIRCO, EM, SA: *«Submete-se à consideração do Executivo Municipal a apreciação do pedido de isenção de taxas de licença respeitante a obras levadas a cabo no edifício, situado na Avenida da Liberdade, nº 697 (TEATRO CIRCO) requerida pelo TEATRO CIRCO, EM, SA, da seguinte natureza: a) Isenção de taxas, ao abrigo dos artigos H-1/16º conjugado com o artigo H-1/17º todos do Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB), devidas pela emissão da licença respeitante a obras levadas no valor de 613, 73€ (seiscentos e treze euros e setenta e três cêntimos); b) Isenção da taxa municipal devida pela realização, manutenção, reforço de Infraestruturas urbanísticas (TMU), ao abrigo da alínea c), do nº 1, do artigo H-2/5º do CRMB, no valor de 4.550, 66 € (quatro mil quinhentos e cinquenta e cinco euros e sessenta e seis cêntimos), Tudo, nos termos e com os fundamentos constantes da informação da Direção Municipal de Gestão/Departamento Financeiro/Divisão de Controlo e Arrecadação da Receita, que se anexa.»* **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. DEVE DAR-SE CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS AO ABRIGO DOS ARTIGOS H-1/16.º e H-1/18.º DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA:** *«Submete-se à consideração do Executivo Municipal os pedidos de isenção de taxas, com fundamento nos artigos H-1/16.º e H-1/18.º do CRMB, que totalizam o valor de 52.444,30 €, nos termos e com os fundamentos constantes da informação n.º 1677 (e mapa apenso, que faz parte integrante do documento) da Direção Municipal de Gestão – Departamento Financeiro – Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receita, que se anexa. Do teor da presente deliberação, deve ser dado conhecimento à Assembleia Municipal, em cumprimento do previsto no n.º 3 do artigo H-1/18.º do CRMB.»* **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. DEVE DAR-SE CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. PROPOSTA DE ISENÇÃO DE TAXAS – MERCADO MUNICIPAL:** *«Da Sr.ª Vereadora Olga Pereira, da área da responsabilidade, do Mercado Municipal, submetendo à apreciação do Executivo Municipal, proposta de isenção de taxas a todos os operadores do Mercado Municipal de Braga, durante o primeiro trimestre de 2021, sendo um apoio de carácter extraordinário e temporário, nos termos da proposta em anexa.»* **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. DEVE DAR-SE CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, POR MEIOS ELETRÓNICOS, NO PRAZO DE 48H, EM CUMPRIMENTO DO ART. 2.º N.º 3 DA LEI 6/2020, DE 10 DE ABRIL.** Pediu a palavra o Sr. Vereador Artur Feio (PS) para expor que o PS entende que a proposta de isenção deveria ser maior no período que abrange,

encurtando-se posteriormente o período de isenção, se se entendesse haver motivos para tal. Considerou ainda o Sr. Vereador que 3 meses de isenção de taxas é um período manifestamente curto face à realidade que enfrentamos. O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que, a partir do momento que se fixasse a isenção para 6 meses, não faria sentido recuar posteriormente, pelo que, até do ponto de vista dos operadores económicos a laborar no mercado, será mais seguro contar com 3 meses de isenção, que serão certos. A **Sr.ª Vereadora Bárbara Seco de Barros (CDU)** aproveitou a discussão da temática para relembrar que a situação dos operadores do mercado é preocupante, sobretudo no que concerne ao cumprimento das disposições regulamentares quanto ao horário ali estabelecido. Nesse sentido, solicitou que houvesse a mesma sensibilidade para revisão regulamentar, naquela parte, à semelhança do que houve para apresentar a presente proposta de isenção de taxas. **PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS AO ABRIGO DOS ARTIGOS H-1/16.º e H-1/17.º DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA (CRMB):** «Submete-se à consideração do Executivo Municipal o pedido de isenção de taxas, com fundamento nos artigos H-1/16.º e H-1/17.º do CRMB, formalizado pela requerente **MARTINGEST- GESTÃO DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A., no valor de 4.389,69€**, nos termos e com os fundamentos constantes das informações n.º 6398 e n.º 5971 da Direção Municipal de Gestão – Departamento Financeiro – Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receita, que se anexam. Do teor da presente deliberação, deve ser dado conhecimento à Assembleia Municipal, em cumprimento do previsto no n.º 3 do artigo H-1/18.º do CRMB.» **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. DEVE DAR-SE CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS AO ABRIGO DOS ARTIGOS H-1/16.º e H-1/17.º DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA:** «Submete-se à consideração do Executivo Municipal o pedido de isenção de taxas, com fundamento nos artigos H-1/16.º e H-1/17.º do CRMB, formalizado pela requerente **ISAURA DE JESUS LEITE FERNANDES, no valor de 2 827,93€**, nos termos e com os fundamentos constantes das informações n.º 6398 e n.º 5590 da Direção Municipal de Gestão – Departamento Financeiro – Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receita, que se anexam. Do teor da presente deliberação, deve ser dado conhecimento à Assembleia Municipal, em cumprimento do previsto no n.º 3 do artigo H-1/18.º do CRMB.» **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. DEVE DAR-SE CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS AO ABRIGO DOS ARTIGOS H-1/16.º e H-1/17.º DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA:** «Submete-se à consideração do Executivo Municipal o pedido de isenção de taxas, com fundamento nos artigos H-1/16.º e H-1/17.º do CRMB, formalizado pela requerente **INVÉNIO ENGENHARIA, LD.ª, no valor de 3.472,75€**, nos termos e com os

fundamentos constantes das informações n.º 5817 e n.º 68358 da Direção Municipal de Gestão – Departamento Financeiro – Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receita, que se anexam. Do teor da presente deliberação, deve ser dado conhecimento à Assembleia Municipal, em cumprimento do previsto no n.º 3 do artigo H-1/18.º do CRMB.» **DELIBERADO APROVAR, POR UNANIMIDADE. DEVE DAR-SE CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS AO ABRIGO DOS ARTIGOS H-1/16.º e H-1/17.º DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA:** «Submete-se à consideração do Executivo Municipal o pedido de isenção de taxas, com fundamento nos artigos H-1/16.º e H-1/17.º do CRMB, formalizado pela requerente **ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DO VALE D'ESTE**, no valor de **148,70 €**, nos termos e com os fundamentos constantes das informações n.º 5822 e n.º 60436 da Direção Municipal de Gestão – Departamento Financeiro – Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receita, que se anexam. Do teor da presente deliberação, deve ser dado conhecimento à Assembleia Municipal, em cumprimento do previsto no n.º 3 do artigo H-1/18.º do CRMB.» **DELIBERADO APROVAR, POR UNANIMIDADE. DEVE DAR-SE CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS AO ABRIGO DOS ARTIGOS H-1/16.º e H-1/19.º DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA:** «Submete-se à consideração do Executivo Municipal os pedidos de isenção de taxas, com fundamento nos artigos H-1/16.º e H-1/19.º do CRMB, que totalizam o valor de **26.824,10 €**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação n.º 1677 (e mapa apenso, que faz parte integrante do documento) da Direção Municipal de Gestão – Departamento Financeiro – Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receita, que se anexa. Do teor da presente deliberação, deve ser dado conhecimento à Assembleia Municipal, em cumprimento do previsto no n.º 3 do artigo H-1/18.º do CRMB.» **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. DEVE DAR-SE CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS AO ABRIGO DOS ARTIGOS H-1/16.º e H-1/17.º DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA:** «Submete-se à consideração do Executivo Municipal o pedido de isenção de taxas, com fundamento nos artigos H-1/16.º e H-1/17.º do CRMB, formalizado pela requerente **LAR DOM PEDRO V**, no valor de **3.574,64 €**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação n.º 5716, da Direção Municipal de Gestão – Departamento Financeiro – Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receita, que se anexam. Do teor da presente deliberação, deve ser dado conhecimento à Assembleia Municipal, em cumprimento do previsto no n.º 3 do artigo H-1/18.º do CRMB.» **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. DEVE DAR-SE CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL. PROPOSTA – ADENDA À RESPOSTA**

SOCIOEDUCATIVA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E NO PRIMEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO AO NÍVEL DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLAR E ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA/ACORDOS DE COLABORAÇÃO: *«Submete-se à consideração do Executivo Municipal, proposta de deliberação relativa a uma adenda à resposta socioeducativa na educação pré-escolar e no primeiro ciclo do ensino básico ao nível do fornecimento de refeições escolares e atividades de animação e apoio à família/acordos de colaboração, que vai em anexo.»* A **Sr.^a Vereadora Lúcia Dias** explicou que a Junta de Freguesia denunciou o contrato por se ter deparado com alguns problemas na sua execução; por esse motivo, acordou-se que este serviço seria prestado pela Bragahabit, tendo sido um procedimento consensual entre todos os intervenientes. A **Sr.^a Vereadora Bárbara Seco de Barros (CDU)** anotou que têm sido várias as adendas a este tipo de contratos, o que denota um funcionamento difícil, salientando que, no entender da CDU, esta deveria ser uma resposta assumida pelo Município, de forma regular. **DELIBERADO APROVAR, POR MAIORIA COM VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DO SR. VEREADOR ALTINO BESSA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.^a VEREADORA LÚCIA BRÁS DIAS (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.^a VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.^a VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO (PS), DA SR.^a VEREADORA LILIANA ANGÉLICA COSTA MATOS PEREIRA (PS) E DA SR.^a VEREADORA MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA (PS). ABSTEVE-SE A SR.^a VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS (CDU).**

CONTRATAÇÃO DE EMPREITADA DE “REMOÇÃO DE FIBROCIMENTO EM EDIFÍCIOS ESCOLARES” – CPE.26.20. DMOSM: *«Submete-se para ratificação a decisão do Sr. Presidente da Câmara de 2 de fevereiro de 2021, relativa à aprovação de todas as propostas constantes do Relatório Final de análise e ordenação das propostas da Empreitada em epígrafe. Propõe-se ainda para aprovação as minutas dos contratos a celebrar com os adjudicatários.»*. **DELIBERADO RATIFICAR E APROVAR, POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DO SR. VEREADOR ALTINO BESSA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.^a VEREADORA LÚCIA BRÁS DIAS (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.^a VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR.**

VEREADOR MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA) E DA SRA. VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS (CDU). ABSTIVERAM-SE O SR. VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO (PS), A SR.ª VEREADORA LILIANA ANGÉLICA COSTA MATOS PEREIRA (PS) E A SR.ª VEREADORA MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA (PS). **CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:**

«Submetem-se à consideração do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal as minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas no artigo 25º, nº K e do artigo 33º, nº 1, alínea m) do Regime Jurídico das Autarquias Locais: Freguesia De FIGUEIREDO, para a execução da obra denominada “Reparação do Pavimento da Rua do Bairro”, no valor de 61.176,97 €; Freguesia De ADAÚFE, para a execução da obra denominada “Pavimentação da Rua 5 de Outubro - Adaúfe”, no valor de 55.683,50 €; União das Freguesias de FERREIROS E GONDIZALVES, para a execução da obra denominada “Alargamento e Pavimentação da Rua Francisco Lopes Gomes - Ferreiros” no valor de 70.177,67 €; União das Freguesias de ESCUDEIROS E PENSO (SANTO ESTEVÃO E S. VICENTE), para a execução da obra denominada “Requalificação da Rua de Soutelo- Penso Stª Estevão - aditamento” no valor de 4.451,90 €; União das Freguesias de SANTA LUCRÉCIA DE ALGERIZ E NAVARRA, para a execução da obra denominada “Requalificação da Rua das Boucinhas – Stª. Lucrécia” no valor de 111.339,10 €; União das Freguesias de CELEIRÓS, AVELEDA E VIMIEIRO, para a execução da obra denominada “Requalificação Parcial Avª. Igreja - Celeirós” no valor de 36.021,76 €.» Os documentos anexos à presente proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS/FREGUESIAS: *«Submete-se à apreciação do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as seguintes propostas de apoio financeiros: União das Freguesias de Escudeiros e Penso (S. Vicente e Stº. Estevão), no valor de 4.000,00 €, destinado a apoiar “Requalificação da Rua dos Pardieiros (Acordo de cedência)”, nos termos do artº. 25º, nº. 1, alínea j) do Regime Jurídico das Autarquias Locais; União das Freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra, no valor de 5.990,00 €, destinado a apoiar “Elaboração de projeto de requalificação da Rua das Boucinhas – Stª. Lucrécia”, nos termos do artº. 25º, nº. 1, alínea j) do Regime Jurídico das Autarquias Locais; Freguesia de Esporões, no valor de 12.400,00€, destinado a apoiar a “Aquisição e instalação de abrigos em paragens de autocarro para utentes dos transportes públicos”, nos termos do preceituado no artigo 25º, nº. 1, alínea j) do Regime Jurídico das Autarquias*

Locais; União das Freguesias de Cabreiros e Passos S. Julião, no valor de 3.075,00 €, destinado a apoiar a "Elaboração do projeto de requalificação da Rua da Veiga", nos termos do preceituado no artigo 25º, nº. 1, alínea j) do Regime Jurídico das Autarquias Locais; Freguesias de Adaúfe, no valor de 15.071,35 €, destinado a apoiar as "Obras de melhoramento na Praia Fluvial", nos termos do preceituado no artigo 25º, nº. 1, alínea j) do Regime Jurídico das Autarquias Locais.» Os documentos anexos à presente proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, O APOIO FINANCEIRO CONCEDIDO À UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ESCUDEIROS E PENSO (S. VICENTE E STº. ESTEVÃO), NO VALOR DE 4.000,00 €, DESTINADO A APOIAR "REQUALIFICAÇÃO DA RUA DOS PARDIEIROS (ACORDO DE CEDÊNCIA), O APOIO À FREGUESIA DE ESPORÕES, NO VALOR DE 12.400,00€, DESTINADO A APOIAR A "AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ABRIGOS EM PARAGENS DE AUTOCARRO PARA UTENTES DOS TRANSPORTES PÚBLICOS" E O APOIO À FREGUESIAS DE ADAÚFE, NO VALOR DE 15.071,35 €, DESTINADO A APOIAR A "OBRAS DE MELHORAMENTO NA PRAIA FLUVIAL." DELIBERADO APROVAR, POR MAIORIA, SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL O APOIO À UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SANTA LUCRÉCIA DE ALGERIZ E NAVARRA, NO VALOR DE 5.990,00 €, DESTINADO A APOIAR "ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DA RUA DAS BOUCINHAS – STª. LUCRÉCIA" E À UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CABREIROS E PASSOS S. JULIÃO, NO VALOR DE 3.075,00 €, DESTINADO A APOIAR A "ELABORAÇÃO DO PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA VEIGA", COM VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DO SR. VEREADOR ALTINO BESSA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA LÍDIA BRÁS DIAS (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO (PS), DA SR.ª VEREADORA LILIANA ANGÉLICA COSTA MATOS PEREIRA (PS) E DA SR.ª VEREADORA MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA (PS) E VOTO CONTRA DA SR.ª VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS (CDU). TUB – TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVAMENTE AO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA FORNECIMENTO DE GASÓLEO: «Submete-se à consideração**

do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal proposta para que este órgão delibere, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, remeter à aprovação da Assembleia Municipal de Braga, nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações subsequentes, a assunção dos compromissos plurianuais, conforme melhor consta da proposta anexa.» **DELIBERADO APROVAR, POR MAIORIA, SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DO SR. VEREADOR ALTINO BESSA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA LÍDIA BRÁS DIAS (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA) E DA SR.ª VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA). ABSTIVERAM-SE A SRA. VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS (CDU), O SR. VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO (PS), A SR.ª VEREADORA LILIANA ANGÉLICA COSTA MATOS PEREIRA (PS) E A SR.ª VEREADORA MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA (PS). ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO YAY:** «Submete-se à consideração do Executivo Municipal a proposta de apoio financeiro no valor de **18.500,00€** à **Associação YAY**, para continuidade do “**Projeto Virar a Página**” nos termos da alínea u), n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais e da parte F – Título I do Código Regulamentar do Município de Braga, e com os fundamentos da proposta anexa.» **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO – APOIO EXCEPCIONAL À CASA DO MINHO DO RIO DE JANEIRO:** «Submete-se à apreciação do Executivo Municipal, proposta de apoio financeiro no valor de 10.000,00 €, à **CASA DO MINHO DO RIO DE JANEIRO**, ao abrigo das alíneas u) e aaa) do n.º 1 do artº 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, para que esta instituição possa manter e assegurar, neste momento difícil de pandemia, as suas atividades de funcionamento.» Os documentos anexos à presente proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Tomou a palavra o **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** para questionar qual a disponibilidade da maioria deste executivo para apoiar o tecido associativo do Município, que enfrenta as mesmas dificuldades relatadas pela Casa do Minho do Rio de Janeiro. Solicita ainda o Vereador do PS esclarecimentos para as finalidades, em concreto, do apoio atribuído. A **Sr.ª Vereadora Bárbara Seco de Barros** referiu que a CDU se associa à proposta, que simpatiza com a preocupação e

compreende que o apoio será para que a associação se mantenha em funcionamento, no entanto entende que seria importante clarificar a que se destina o apoio, isto é, se será para liquidar rendas, para pagamento a funcionários ou para outras finalidades. O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que este apoio já foi solicitado a vários Municípios que têm representado, como é o caso de Viana do Castelo, que já atribuiu o seu apoio, há cerca de 2/3 meses. Ademais, este é um apoio excecional, que também terá uma missão estratégica de promoção do Município no exterior, pelo que não deve servir de exemplo comparativo para as coletividades locais. O **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** retorquiu, expondo que, do seu ponto de vista, o Município não se deveria sobrepor à própria CIM, uma vez que a entidade apoiada representa vários Municípios do Minho. Concluiu o **Sr. Vereador Miguel Bandeira (Coligação Juntos por Braga)** para dar nota que a associação em questão tem um foco muito

DECLARAÇÃO DE NÃO CADUCIDADE DOS PROCEDIMENTOS DE ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BRAGA EM SETE FONTES E DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DAS SETE FONTES:

«Do Sr. Vereador Miguel Bandeira submetendo à consideração do Executivo Municipal proposta de declaração de não caducidade dos procedimentos de Alteração do Plano Diretor Municipal de Braga em Sete Fontes e elaboração do Plano de Urbanização das Sete Fontes, nos seguintes termos: -Declaração de não caducidade dos procedimentos de alteração do Plano Diretor Municipal de Braga, em Sete Fontes, e da elaboração do Plano de Urbanização das Sete Fontes, com efeitos retroativos à data em que tal caducidade operou - Fixação do prazo necessário à conclusão do procedimento até ao fim da primeira semana do mês de abril próximo. Tudo conforme proposta em anexo e documentos que fazem parte integrante da mesma.» Os documentos anexos à presente proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. O **Sr. Vereador Miguel Bandeira (Coligação Juntos por Braga)** informou que o processo, pela própria complexidade, e contactos a estabelecer entre diversos entes, implicou um consumo de tempo maior ao que apresentava a primeira perspetiva, sendo certo que nunca esteve parado. Mais acrescentou que não se trata de uma iniciativa isolada, exemplificando com outros Municípios que já o fizeram. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A ENTIDADES: *«Da Sr.^a Vereadora Lúcia Dias, com a área da responsabilidade da Cultura, submetendo à consideração do Executivo Municipal as propostas de apoios financeiros às seguintes entidades: Grupo Cultural de São Mamede d'Este (ORIGEM – Grupo de Música Popular e Tradicional Portuguesa), no valor de 5.000,00€; Azeituna – Tuna de Ciências da Universidade do Minho, no valor de 1.000,00€; ARCUM- Associação Cultural e Recreativa Universitária do Minho, no valor de 4.500,00€; Coro Académico da Universidade do Minho,*

no valor de 3.000,00€; Nova Acrópole, no valor de 2.400,00€; ComCordia – Orquestra de Cordas Dedilhadas do Minho, no valor de 6.000,00€; Orfeão de Braga, no valor de 2.000,00€; Associação Projet'arte na Tradição, no valor de 6.000,00€; Equipa Espiral, no valor de 6.500,00€; Associação Cultural e Recreativa Fado com Arte, no valor de 2.000,00€; Associação Cultural Grupo Canto D'Aqui, no valor de 4.000,00€; Associação Tin.Bra – Academia de Teatro, no valor de 22.200,00€; CapítuloCenário – Associação para as Artes (Ent'Artes – Escola de Dança), no valor de 15.000,00€; Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, no valor de 6.000,00€; PAVAC- Passos Audiovisuais, Associação Cultural, no valor de 4.000,00 €; MDTA – Associação Mala D'Arte, no valor de 21.210,00€; AUAUFEIOMAU – Cooperativa Cultural CRL, no valor de 90.000,00€; Orquestra de Cordofones Tradicionais de Braga, no valor de 6.000,00€; Cidade Curiosa Associação, no valor de 25.500,00€; Suonart – Associação Cultural, no valor de 28.000,00€; ACINAC –Associação Cinema em Ação, no valor de 2.800,00€; Orquestra Filarmónica de Braga, no valor de 25.000,00€; Associação Cultural e Artística Ida e Volta, no valor de 3.500,00€; Associação Social e Cultural de Sobreposta, no valor de 2.500,00€; CTB- Companhia de Teatro de Braga, no valor de 18.000,00€; Tudo nos termos da alínea u), n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais e da parte F – Título I do Código Regulamentar do Município de Braga, e com os fundamentos das propostas anexas.» Os documentos anexos à presente proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. UPHOLD, UNIPESSOAL, LDA. – RECONHECIMENTO PÚBLICO DE EMPREENDIMENTO ESTRATÉGICO, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DOS ARTIGOS 31º A 33º DO REGULAMENTO PDM:** «Do Sr. Vereador Miguel Bandeira submetendo a apreciação do Executivo Municipal, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 31º a 33º do Regulamento do PDM a dispensa do procedimento de avaliação ambiental estratégica e a abertura do período de discussão pública não inferior a 20 dias úteis, conforme informações técnicas prestadas pela Direção Municipal de Urbanismo, Ordenamento e Planeamento/Divisão de Planeamento, que se anexam.» Os documentos anexos à presente proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. A **Sr.ª Vereadora Bárbara Seco Barros (CDU)** pediu que se esclarecesse se, independentemente da aprovação deste ponto, tudo o resto, designadamente o processo a submeter, seguirá os normais trâmites de um procedimento urbanístico, tendo o **Sr. Presidente** respondido afirmativamente, elucidando que o processo ainda será novamente submetido aos órgãos em fase anterior ao licenciamento. **DELIBERADO APROVAR, POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DO SR. VEREADOR ALTINO BESSA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR JOÃO**

VASCONCELOS BARROS RODRIGUES (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.^a VEREADORA LÍDIA BRÁS DIAS (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.^a VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA) E DA SR.^a VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA). ABSTIVERAM-SE A SR.^a VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS (CDU), O SR. VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO (PS), A SR.^a VEREADORA LILIANA ANGÉLICA COSTA MATOS PEREIRA (PS) E A SR.^a VEREADORA MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA (PS). PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE PODERES PARA A INSTRUÇÃO E DECISÃO DE PROCEDIMENTOS CONTRAORDENACIONAIS, POR INFRAÇÕES LEVES RELACIONADAS COM ESTACIONAMENTO PROIBIDO, INDEVIDO OU ABUSIVO VERIFICADAS EM ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA, PREVISTA NA AL. B) DO ARTIGO 2.º E N.º 2 DO ARTIGO 3.º, AMBOS DO DECRETO-LEI N.º 107/2018, DE 29 DE NOVEMBRO, NOS TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA, E.M. Da Sra. Vereadora Dra. Olga Pereira submetendo à Consideração do Executivo Municipal a seguinte proposta: «1. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local. 2. O Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro veio materializar a transferência de competências em matéria de estacionamento público. 3. A alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º do aludido Decreto-Lei prevê que: "É da competência dos órgãos municipais, a instrução e decisão de procedimentos contraordenacionais rodoviários por infrações leves relativas a estacionamento proibido, indevido ou abusivo nos parques ou zonas de estacionamento, vias e nos demais espaços públicos quer dentro das localidades, quer fora das localidades, neste caso desde que estejam sob jurisdição municipal, incluindo a aplicação de coimas e custas." 4. O artigo 3.º do referido diploma, relativo ao exercício das competências determina: "1 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o exercício das competências previstas no presente Decreto-Lei é atribuído à Câmara Municipal, com faculdade de delegação em empresa local com a caracterização prevista no artigo 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual. 2 - A competência para determinar a instrução do processo contraordenacional, incluindo a designação do instrutor, e para aplicar coimas e custas é do Presidente da Câmara Municipal, com faculdade de delegação nos outros membros da Câmara Municipal, ou do Presidente do órgão de gestão ou administração de empresa local com faculdade de subdelegação, caso as competências tenham sido delegadas na empresa local nos termos do número

anterior."5. Ao longo do ano 2019 foram delegados os poderes de autoridade do Município na empresa municipal TUB - Transportes Urbanos de Braga, E.M., no que respeita "à promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano à superfície, nas vias de jurisdição do Município de Braga, e elaboração ou promoção de estudos de ordenamento de zonas destinadas ao estacionamento automóvel e promoção de medidas que incentivem a mobilidade elétrica, através de condições de estacionamento e estacionamento."6. Consequentemente os seus Estatutos foram alterados, passando a alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º dos Estatutos dos TUB a prever que "A TUB - Transportes Urbanos de Braga, E.M., tem ainda por objeto social, designadamente a promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano pago, à superfície", e a alínea h) do artigo 5.º a estipular que "constituem atribuições da TUB - Transportes Urbanos de Braga EM fiscalizar, nos termos definidos na Lei, o cumprimento nas vias sob jurisdição do Município de Braga, das disposições do Código da Estrada e das normas constantes de legislação complementar, nas áreas que forem definidas pela Câmara Municipal de Braga."7. Estas alterações estatutárias visaram o alargamento da área de intervenção da empresa, com especial destaque na gestão, exploração e fiscalização do estacionamento.8. A empresa municipal já detém "poderes de autoridade no domínio da gestão, exploração e fiscalização do estacionamento, habilitando o pessoal da referida empresa municipal para a fiscalização do cumprimento das disposições do Código da Estrada (CE), de legislação rodoviária complementar e dos Regulamento e Posturas Municipais relativos ao estacionamento nas vias sob jurisdição do Município de Braga, devidamente credenciado pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), considerado ou equiparado a autoridade ou seu agente de autoridade administrativa, gozando dos seus direitos e prerrogativas, nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei nº 44/2005, de 23 de fevereiro, de levantamento de auto de notícia ou de denúncia, nos termos do disposto no artigo 170.º do CE e de efetivação dos demais procedimentos de identificação do arguido, garantia do cumprimento, relativos aos infratores com sanções por cumprir, de comunicação da infração e direito de audição e defesa do arguido e referentes às notificações, respetivamente contidos nos artigos 171.º, 173.º, 174.º, 175.º e 176.º, bem como efetuar os procedimento de bloqueamento e remoção de veículos estacionadas nas condições previstas no artigo 164.º, todos do CE."9. A TUB, EM, ainda não dispõe de poderes de tramitação completa, nomeadamente no que respeita às fases de instrução e decisão dos processos de contraordenação por infrações leves relacionadas com estacionamento proibido, indevido ou abusivo verificadas em Zonas de Estacionamento de Duração Limitada.10. Que incluem poderes necessários à análise da defesa apresentada, diligências probatórias subsequentes, elaboração de decisão final, apreciação de

impugnações e correspondente remessa para execução, quando aplicável (contidos nos artigos 177.º a 185.º-A do CE), que até dezembro de 2020 pertenciam à ANSR, e que por força do artigo 2.º alínea b) da Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro, agora competem aos órgãos autárquicos. **11. Carece ainda de alteração estatutária em conformidade.** **12.** De acordo com o n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro “o produto das coimas referido no n.º 1, quando resulte de atividade de fiscalização exercida por empresas locais enquanto entidade autuante e fiscalizadora do Código da Estrada e sua legislação complementar, bem como dos regulamentos e posturas municipais de trânsito, reverte em 100 % a favor do município.” **13.** Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, “as entidades públicas participantes podem delegar poderes nas empresas locais, desde que esta faculdade conste expressamente na deliberação que determinou a sua constituição e nos respetivos estatutos.” **14.** O Município de Braga poderá delegar na TUB, EM, sob a condição enunciada de realização da necessária alteração estatutária, as competências e poderes de autoridade, no domínio da instrução e decisão dos processos contraordenacionais por infrações leves relacionadas com estacionamento proibido, indevido ou abusivo verificadas em zonas de estacionamento de duração limitada. EM CONFORMIDADE, propõe-se que a Câmara Municipal de Braga delibere delegar a competência para a instrução e decisão de procedimentos contraordenacionais, por infrações leves relacionadas com estacionamento proibido, indevido ou abusivo verificadas em zonas de estacionamento de duração limitada, prevista na al. b) do artigo 2.º e n.º 2 do artigo 3.º, ambos do Decreto-Lei n.º 107/2018, no Presidente do Conselho de Administração dos Transportes Urbanos de Braga, E.M., com a faculdade de subdelegação num dos vogais do órgão de administração da referida empresa municipal». Pediu a palavra o **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** para dizer que, no seu entender, não se deveria delegar esta decisão em entidades/ órgãos, que são nomeados, referindo ainda o facto de lhe parecer que a isenção pode estar colocada em causa quando a entidade que autua é a mesma que posteriormente decidirá os processos de contraordenação. A **Sr.ª Vereadora Olga Pereira (Coligação Juntos por Braga)** esclareceu que o grau de recurso será para uma entidade diversa da que decide em primeira instância, o que trará ao processo garantias acrescidas. Além disso, apesar da tramitação dos processos passar a ser dos TUB, EM., a receita gerada e análise dos recursos, serão da competência da Câmara Municipal de Braga. A solicitação do Sr. Presidente interveio ainda, a **Sr.ª Dr.ª Isilda Castro, chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso**, elucidando os presentes que a proposta apresentada está escudada na lei, não havendo qualquer perda de isenção ou imparcialidade no procedimento. O **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** acrescentou que este assunto será mais um constrangimento do ponto de vista da gestão dos

TUB, EM., já que a estrutura não terá capacidade de resposta e terá de proceder à subcontratação, enquanto o Município já tem esta estrutura toda organizada. O **Sr. Administrador dos TUB, EM., Eng. Teotónio Santos** acrescentou que os TUB, EM têm tido um desempenho capaz e competente na área de atuação que é a fiscalização, pelo que também agora, nesta nova área, o terão. A **Sr.ª Vereadora Bárbara Seco de Barros** referiu que a CDU não está de acordo com a delegação de poderes nos TUB, EM, desde logo porque também estiveram contra a própria transferência da competência da fiscalização à superfície que, entende, seria melhor assegurada com a Polícia Municipal.- **DELIBERADO APROVAR, POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DO SR. VEREADOR ALTINO BESSA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA LÍDIA BRÁS DIAS (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA) E DA SR.ª VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA). ABSTIVERAM-SE O SR. VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO (PS), A SR.ª VEREADORA LILIANA ANGÉLICA COSTA MATOS PEREIRA (PS) E A SR.ª VEREADORA MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA (PS) E VOTOU CONTRA A SR.ª VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS (CDU). PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE PODERES PARA A COBRANÇA COERCIVA DAS DÍVIDAS PROVENIENTES DE TAXAS E TARIFAS DEVIDAS PELA UTILIZAÇÃO DE ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA, ATRAVÉS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL, NOS TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA, E.M.:** «Da Sra. Vereadora Dra. Olga Pereira submetendo à Consideração do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal a seguinte proposta: *«Considerando que:1. A utilização de Zonas de Estacionamento de Duração Limitada encontra-se sujeita ao pagamento de taxas (artigo D-1/21.º do Código Regulamentar do Município de Braga).2. Nos termos do disposto na legislação aplicável, a fixação da taxa de utilização tem como critério e fundamento, a racionalização do estacionamento público nas zonas delimitadas, e visa onerar esse mesmo estacionamento, de forma a desincentivar o estacionamento de longa duração, garantindo-se, desta forma, uma maior rotatividade na ocupação de lugares (artigo D-1/22.º n.º 1 do Código Regulamentar do Município de Braga). 3. A taxa é fixada por uma relação entre o valor pago e o tempo de estacionamento permitido (artigo D-1/22.º n.º 2 do Código Regulamentar do Município de Braga).4. Verificando-se o estacionamento de veículos nas zonas de estacionamento tarifado sem que tenha havido o pagamento das taxas respetivas, os agentes*

responsáveis pela monitorização e fiscalização das mesmas zonas, emitem um aviso de liquidação, o qual deverá ser pago no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas. 5. Após o decurso do referido prazo considerar-se-á que o veículo se encontra em infração, o que levará à emissão do correspondente auto de contraordenação. 6. Para proceder à cobrança da taxa é necessário levar a cabo a identificação e notificação do proprietário de veículo, de modo a convidá-lo a realizar o pagamento voluntário. 7. Caso o mesmo não proceda ao pagamento voluntário da taxa devida, é necessário iniciar o processo de cobrança coerciva, que será de execução fiscal. 8. A Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, que estabelece o Regime Geral Das Taxas Das Autarquias Locais, dispõe no seu artigo 3.º que “as taxas das autarquias locais são tributos que assentam na prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens do domínio público e privado das autarquias locais ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares, quando tal seja atribuição das autarquias locais, nos termos da lei.” 9. A alínea d) do n.º 1 do artigo 6.º do aludido diploma prevê que “as taxas municipais incidem sobre utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela atividade dos municípios, designadamente pela gestão de tráfego e de áreas de estacionamento;” 10. O artigo 12.º n.º 2 da citada Lei estabelece que “as dívidas que não forem pagas voluntariamente são objeto de cobrança coerciva através de processo de execução fiscal, nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário.” 11. O Processo de Execução Fiscal encontra-se regulado no Título IV - artigos 148.º a 293.º - do Código de Procedimento e Processo Tributário, doravante CPPT, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro. 12. O artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, que aprova o CPPT, determina quanto aos tributos administrados pelas autarquias locais que: “1 - As competências atribuídas no código aprovado pelo presente decreto-lei a órgãos periféricos locais ou, no que respeita às competências de execução fiscal, a órgãos periféricos regionais, são exercidas pelas autarquias quanto aos tributos por elas administrados. 2 - As competências atribuídas no código aprovado pelo presente decreto-lei ao dirigente máximo do serviço ou a órgãos executivos da administração tributária serão exercidas, nos termos da lei, pelo presidente da autarquia. 3 - As competências atribuídas pelo código aprovado pelo presente decreto-lei ao representante da Fazenda Pública serão exercidas, nos termos da lei, por licenciado em Direito ou em Solicitoria desempenhando funções de mero apoio jurídico. 4 - A competência para cobrança coerciva de impostos e outros tributos administrados por autarquias locais pode ser atribuída à administração tributária mediante protocolo, ou a agentes de execução mediante protocolo com a Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução. 5 - A competência para cobrança coerciva de tributos administrados pelas freguesias pode ser atribuída aos municípios a cuja área pertençam

mediante protocolo.6 - A realização de penhoras é precedida das diligências que a autarquia considere úteis à identificação ou localização de bens penhoráveis, procedendo esta, sempre que necessário, à consulta, nas bases de dados da administração tributária, de informação sobre a identificação do executado e sobre a identificação e a localização dos bens do executado.7 - A informação sobre a identificação do executado referida no número anterior apenas inclui o domicílio fiscal, mediante indicação à Autoridade Tributária e Aduaneira do número de identificação fiscal.8 - A consulta direta pelo município às bases de dados referidas no n.º 6 é efetuada em termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais.9 - A regulamentação referida no número anterior deve especificar, em relação a cada consulta, a obtenção e a conservação dos dados referentes à data da consulta e à identificação do respetivo processo executivo e dos trabalhadores e titulares de órgãos municipais que tenham acesso a informação transmitida pela AT.10 - Quando não seja possível o acesso eletrónico, pelo município, aos elementos sobre a identificação e a localização dos bens do executado, a AT deve fornecê-los pelo meio mais célere e no prazo de 30 dias."13. De acordo com artigo D-1/24.º n.º 4 do Código Regulamentar do Município de Braga "no caso de delegação da gestão e exploração das zonas de estacionamento de duração limitada, numa empresa municipal, as taxas constituirão receita da empresa, sendo esta responsável pela sua cobrança."14. As taxas por pagar são, portanto, dívidas à TUB, EM, sendo esta entidade responsável pela sua cobrança.15. Para o efeito, carece a empresa municipal de poderes de autoridade para levar a cabo a instauração e tramitação do processo de natureza coerciva, nos termos do CPPT, bem como para proceder à celebração de Protocolos com a Administração Tributária nos termos previstos no n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro supracitado.16. Carece ainda de alteração estatutária em conformidade.17. A título comparativo, já ocorreu no passado, uma delegação de poderes para cobrança coerciva de taxas, nos termos do CPPT.18. O artigo 17.º n.º 2 alínea g) dos Estatutos da AGERE-E.M., prevê uma delegação de poderes de autoridade no Conselho de Administração da AGERE "para proceder à cobrança coerciva das dívidas à Empresa provenientes de preços, taxas e tarifas, aplicando para tanto o Código do Processo Tributário, com as necessárias adaptações."19. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, "as entidades públicas participantes podem delegar poderes nas empresas locais, desde que esta faculdade conste expressamente na deliberação que determinou a sua constituição e nos respetivos estatutos."20. O Município de Braga poderá delegar na TUB, EM, sob a condição enunciada de realização da necessária alteração estatutária, as competências e poderes de autoridade as competências e poderes de autoridade necessários para a realização da cobrança coerciva das

dívidas proveniente de taxas e tarifas, devidas pela utilização de Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, através do processo de execução fiscal. EM CONFORMIDADE, propõe-se que o Câmara Municipal de Braga delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências e poderes de autoridade necessários para a realização da cobrança coerciva das dívidas proveniente de taxas e tarifas devidas pela utilização de Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, através do processo de execução fiscal, no Presidente do Conselho de Administração dos Transportes Urbanos de Braga, E.M., com a faculdade de subdelegação num dos vogais do órgão de administração da aludida empresa municipal». **DELIBERADO APROVAR, POR MAIORIA, SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DO SR. VEREADOR ALTINO BESSA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA LÍDIA BRÁS DIAS (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA) E DA SR.ª VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA). ABSTIVERAM-SE O SR. VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO (PS), A SR.ª VEREADORA LILIANA ANGÉLICA COSTA MATOS PEREIRA (PS) E A SR.ª VEREADORA MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA (PS) E VOTOU CONTRA A SR.ª VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS (CDU). PROPOSTA “CONCURSO ESCOLA MAIS VERDE 2021”:** «Do Vereador do Ambiente submetendo proposta de Regulamento do Concurso Escola Mais Verde 2021, de acordo com o mesmo.» **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DIRIGENTES INTERMÉDIOS DE 2º E 3º GRAU:** «Considerando que, -Por deliberação da Assembleia Municipal realizada a 16 de dezembro de 2019 foi aprovada a nova estrutura orgânica nuclear e flexível dos serviços do Município de Braga, alterada por deliberação do mesmo órgão em 24/07/2020; -A referida estrutura orgânica encontra-se em vigor desde 1 de janeiro de 2020; -Os titulares de cargos de direção intermédia, respetivamente do 2º e 3º grau são recrutados, por procedimento concursal, de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competências técnica e aptidão para exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura; Nos termos do art.º 13º da Lei n.º 49/2012, de 29/08 que adapta à administração local a Lei n.º 2/2004, de 15/01 o júri do recrutamento é designado

por deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, e é composto por um presidente e dois vogais, sendo: a. O presidente designado de entre personalidades de reconhecidos méritos profissional, credibilidade e integridade pessoal; b. Os vogais são designados de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, cuja atividade seja ou tenha sido exercida preferencialmente na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica. Propõe-se: 1. Submeter à aprovação do Executivo Municipal, a abertura do procedimento concursal para provimento dos seguintes cargos de dirigentes intermédios de 2º e 3º grau; 2. Submeter à aprovação do Executivo municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal os elementos que compõem o júri, nos termos do art.º 13 da Lei n.º 49/2012, de 29/08. Tudo conforme proposta em anexo.»

1. DELIBERADO APROVAR, POR MAIORIA, AUTORIZAR A ABERTURA DOS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS, COM VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DO SR. VEREADOR ALTINO BESSA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA LÍDIA BRÁS DIAS (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA) E DA SR.ª VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA). ABSTIVERAM-SE O SR. VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO (PS), A SR.ª VEREADORA LILIANA ANGÉLICA COSTA MATOS PEREIRA (PS), A SR.ª VEREADORA MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA (PS) E A SR.ª VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS (CDU).

2. DELIBERADO APROVAR, POR MAIORIA, SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A CONSTITUIÇÃO DOS JÚRIS COM VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DO SR. VEREADOR ALTINO BESSA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA LÍDIA BRÁS DIAS (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA) E DA SR.ª VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA). ABSTIVERAM-SE O SR. VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO (PS), A SR.ª VEREADORA LILIANA ANGÉLICA COSTA MATOS PEREIRA (PS), A SR.ª VEREADORA MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA (PS) E A SR.ª VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS (CDU).

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A CRUZ VERMELHA

PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO DA SEGUNDA FASE DAS CANDIDATURAS NO ÂMBITO DO PLANO INTEGRADO E INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO (PIICIE) DO CÁVADO – “SABER CRESCER” E “EQUIPA TÉCNICA DE ARTICULAÇÃO EDUCATIVA (ETAIE)”:

«Submete-se à consideração do Executivo Municipal a aprovação, nos termos do previsto nas alíneas d) e h) do n.º 2 do artigo 23.º e da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, a celebração do protocolo, de acordo com a minuta em anexo.» Os documentos anexos à presente proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

PLANO DE AÇÃO - COVID-19 - PROPOSTA DE ISENÇÃO DAS TAXAS DEVIDAS PELA RENOVAÇÃO DOS TÍTULOS DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DE INSTALAÇÃO DE ESPLANADAS COBERTAS OU FECHADAS:

«Submete-se à consideração do Executivo Municipal a proposta de aprovação, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, de isenção, para o ano de 2020 e de 2021 das taxas devidas pela renovação dos títulos pela ocupação do espaço público de instalação de esplanadas cobertas ou fechadas previstas no n.º 2.1.4, do artigo 50 da Tabela de Taxas Municipais. Do teor da presente deliberação, deve ser dado conhecimento à Assembleia Municipal, por meios eletrónicos, no prazo de 48 horas, em cumprimento ao estabelecido no artigo 2.º n.º 3 da Lei 6/2020 de 10 de abril. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. DEVE DAR-SE CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, POR MEIOS ELETRÓNICOS, NO PRAZO DE 48 HORAS. INFORMAÇÃO RELATIVA A RELEVAÇÃO TOTAL DA REPOSIÇÃO DAS QUANTIAS INDEVIDAMENTE RECEBIDAS PELO COMANDANTE DOS**

SAPADORES BOMBEIROS: *«Submete-se à consideração do Executivo Municipal informação subscrita pelo Sr. Vereador Altino Bessa, relativa a relevação total da reposição das quantias indevidamente recebidas, informação essa que se anexa. A referida proposta é acompanhada de informação circunstanciada do Departamento de Recursos Humanos, do Sr. Diretor Municipal da Direção Municipal de Gestão e de Parecer da CCDD-N»* Os documentos anexos à presente proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR, POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DO SR. VEREADOR ALTINO BESSA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA LÍDIA BRÁS DIAS (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA) E DA**

SR.^a VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA). ABSTIVERAM-SE O SR. VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO (PS), A SR.^a VEREADORA LILIANA ANGÉLICA COSTA MATOS PEREIRA (PS), A SR.^a VEREADORA MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA (PS) E A SR.^a VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS (CDU). A propósito desta matéria, a **Sr.^a Vereadora Bárbara Seco de Barros (CDU)**, revelou a sua preocupação quanto à culpa, que parece “morrer solteira” neste processo. A verdade é que, por decisão superior do Departamento dos Recursos Humanos, o pagamento indevido foi feito, durante 6 anos, sendo o montante pago significativo e lesivo do erário público. Referiu ainda a Sr.^a Vereadora que o zelo neste caso foi completamente diferente daquele que foi tido no início do ano transato, quanto ao pagamento do subsídio de alimentação aos trabalhadores em regime de disponibilidade. O que parece agora, no assunto sujeito a votação, é haver pouco zelo em apurar responsabilidades, pelo que a Sr.^a Vereadora questiona se após o apuramento dessas mesmas responsabilidades, haverá ou não lugar à restituição desses valores? O **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** analisou o processo, resumindo-o a um pagamento indevido que foi feito, sem autorização. Por esse motivo, entende que este é um assunto que não pode findar sem que existam consequências de um comportamento tao gravoso, sobretudo face à prática da instauração de processos disciplinares por motivos mais insignificantes do que este. O **Sr. Vereador Altino Bessa (Coligação Juntos Por Braga)** aclarou que o Comandante sempre recebeu estas quantias (cf. Indicação do Departamento de Recursos Humanos), ou seja, possivelmente já desde o Executivo Socialista. Esta questão suscitou-se agora porque o Adjunto do Comandante entendeu também ter direito a receber estas quantias, fazendo, para o efeito, o respetivo pedido. Nessa altura, ao revisitar o processo, surgiu a dúvida, pelo que se solicitou parecer à CCDR-N, que terá dito que, nem o Adjunto, nem o Comandante teriam direito a receber esses valores. Nessa altura, foi suspenso o pagamento ao Comandante. A verdade é que não se encontrou nenhum pedido do Sr. Comandante para receber esses valores. Pedido novo parecer à CCDR-N, desta feita para saber os procedimentos legais possíveis ante estas situações, foi pela mesma Comissão sustentada a possibilidade legal de relevar esses valores, mediante a verificação de determinadas condições, como melhor se afere do seu Parecer constante do ponto a votação, sendo certo que essa decisão sempre deveria ser tomada pelo órgão executivo. A **Sr.^a Vereadora Olga Pereira (Coligação Juntos por Braga)** referiu que o apuramento das responsabilidades disciplinares prescreve 1 ano após a sua prática pelo que, apenas se poderá falar de responsabilidade política. A **Sr.^a Vereadora Bárbara Seco de Barros** disse compreender que este problema surja já de momento anterior à tomada de posse deste executivo, mas frisou que o cumprimento deste tipo de expediente deve ser responsável e

atento, não se devendo bastar o hábito de um procedimento para que os pagamentos sejam válidos. Para o **Sr. Vereador Artur Feio (PS)**, as transferências são feitas por determinada pessoa, com autorização de alguém. Para o Sr. Vereador, esta é uma responsabilidade de um pelouro, que deve ser assumida, já que houve um procedimento que não foi devidamente fiscalizado, tendo resultado num prejuízo de cerca de 20.000,00€ ao erário público. **PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO – CANDIDATURA AO PROJETO “BRAGA A SORRIR” – C.A.S.O.” – MUNDO A SORRIR – ASSOCIAÇÃO DE MÉDICOS DENTISTAS SOLIDÁRIOS PORTUGUESES:** «Da Sr.^a Vereadora Sameiro Araújo submetendo à apreciação do Executivo Municipal, proposta de apoio financeiro no valor de 200.615,08 €, com o objetivo de continuar a contribuir para a inclusão social através de reabilitação oral da população bracarense mais carenciada, apoio esse em conformidade com o Código Regulamentar do Município de Braga, parte F(...) A. Área Social: i) Projetos ou atividades em áreas prioritárias de combate à exclusão e/ ou à inserção social; ii) Contributo para a correção das desigualdades de ordem socioeconómica e combate à exclusão social; ii) Âmbito geográfico e populacional da intervenção” Os documentos anexos à presente proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR, POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DO SR. VEREADOR ALTINO BESSA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.^a VEREADORA LÍDIA BRÁS DIAS (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.^a VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA) E DA SR.^a VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA). VOTARAM CONTRA O SR. VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO (PS), A SR.^a VEREADORA LILIANA ANGÉLICA COSTA MATOS PEREIRA (PS), A SR.^a VEREADORA MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA (PS) E ABSTEVE-SE A SR.^a VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS (CDU). A Sr.^a Vereadora Bárbara Seco de Barros (CDU) referiu entender que deveria ser a Administração Central a investir na saúde oral e assumir as suas responsabilidades, e não o Município a gastar os seus recursos numa competência que não é sua. **CEDÊNCIA DE ACESSO AO SERVIÇO DISPONIBILIZADO PELA PLATAFORMA DIGITAL PARA LEITURA DE JORNAIS E REVISTAS À BIBLIOTECA LÚCIO CRAVEIRO DA SILVA:** «Da Sra. Vereadora Lídia Dias submetendo à consideração do Executivo Municipal a Proposta De Cedência De Acesso Ao Serviço Disponibilizado Pela Plataforma Digital Para Leitura De Jornais E Revistas À Biblioteca Lúcio Craveiro**

Da Silva, nos termos do artigo 33º, nº 1, alínea u), da Lei nº 75/2013, de 21 de setembro, na sua versão atualizada, no valor de € 5.834 euros acrescido do IVA, para subscrição da referida Plataforma Digital.

O serviço é válido até ao final do ano em curso, tudo conforme proposta em anexo.» **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. CONTRATO DE CEDÊNCIA DE PARCELAS NECESSÁRIAS PARA EXECUÇÃO DO PARQUE DAS SETE FONTES:

«Do Sr. Vereador Miguel Bandeira, submetendo à consideração do Executivo Municipal a proposta de aprovação do contrato de cedência de parcelas necessárias para a execução do Parque das Sete Fontes, cuja minuta de anexa.» Os

documentos anexos à presente proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas- **DELIBERADO APROVAR, POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO SR.**

PRESIDENTE DA CÂMARA, DO SR. VEREADOR ALTINO BESSA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES (COLIGAÇÃO

JUNTOS POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA LÍDIA BRÁS DIAS (COLIGAÇÃO JUNTOS POR

BRAGA), DA SR.ª VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO (COLIGAÇÃO JUNTOS

POR BRAGA), DO SR. VEREADOR MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS

POR BRAGA), DA SR.ª VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA (COLIGAÇÃO

JUNTOS POR BRAGA) E DA SR.ª VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS (CDU).

ABSTIVERAM-SE O SR. VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO (PS), A SR.ª VEREADORA

LILIANA ANGÉLICA COSTA MATOS PEREIRA (PS) E A SR.ª VEREADORA MARIA HELENA

FERNANDES TEIXEIRA (PS). A Sr.ª Vereadora Bárbara Seco de Barros (CDU) que votou a favor,

apresentou uma declaração de voto, do seguinte teor: "**CDU - Declaração de voto - Contrato de**

cedência de parcelas necessárias para a execução do Parque das Sete Fontes. Fruto de um

problema criado no passado, com a atribuição de elevada capacidade construtiva às parcelas de

terreno para construção situadas nas Sete Fontes, as diligências para a salvaguarda deste Monumento

Nacional e a criação, finalmente, do Parque Monumental das Sete Fontes têm exigido esforços e

concessões para acomodar, por um lado, o interesse público do usufruto daquele espaço do concelho

de Braga e, por outro, as expectativas e direitos adquiridos dos grupos proprietários daquelas parcelas.

A CDU, empenhada, ao lado de várias forças vivas da cidade, em salvaguardar aquele espaço, tem

acompanhado a estratégia para concretizar a implementação do tão desejado parque verde, evitando

obstaculizar aquilo que é a principal aspiração da cidade no que diz respeito à salvaguarda, protecção

e usufruto deste Monumento Nacional. Admitindo que preferíamos estar, hoje, confrontados com a

obtenção destas parcelas de terreno com compromissos mais favoráveis ao município e com menos

garantia de capacidade construtiva para os proprietários, mas sabendo que as negociações efectuadas

significarão, a todo o momento, cedências entre ambas as partes e tendo em conta que, ainda assim, este contrato respeita os índices de construção já previstos na estratégia executória aprovada anteriormente para a implementação do Parque, este ponto mereceu o nosso **voto favorável**. Continuaremos a acompanhar a execução desta estratégia e consequente implementação do Parque Monumental das Sete Fontes, exigindo que ela continue a garantir o equilíbrio necessário mas, acima de tudo, o interesse público, evitando cedências a qualquer custo e que ponham em causa o projeto que a cidade precisa e quer ver concretizado». Para o **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** esta proposta traduz aquilo que o Partido Socialista já tinha apresentado há 8 anos. A **Sr.ª Vereadora Bárbara Seco de Barros (CDU)** referiu que o ideal seria ter-se avançado para a execução do Eco-Parque das Sete Fontes com menos área edificada; tendo em conta o processo executório que já tinha sido apresentado para o parque, e agora esta negociação em particular e as contrapartidas para este proprietário, questiona a Sr.ª Vereadora qual a repercussão no índice de construção do parque, relativamente ao programa executório que tinha sido apresentado. O **Sr. Vereador Miguel Bandeira (Coligação Juntos por Braga)** respondeu que este processo é exatamente o mesmo da estratégia executória. A questão que o **Sr. Vereador Artur Feio (PS)** gostava de ver respondida é a da "capacidade de construção de 6.000m em zona abstrata": indaga o Sr. Vereador se isto significa que o Município dará capacidade construtiva a outros terrenos que não nas Sete Fontes. O **Sr. Vereador Miguel Bandeira (Coligação Juntos por Braga)** respondeu negativamente, o que significa que não irá compensar este particular noutro local que não nas Sete Fontes. No uso da palavra, o **Sr. Professor Frederico Sá, membro integrante da Comissão responsável pelo apuramento dos valores constantes da proposta sujeita a votação**, referiu que a questão da perequação não decorre de uma decisão da Câmara Municipal de Braga, sendo antes uma imposição legal. Mais esclareceu que o plano não se reporta a operações isoladas, perspetivando-se a ser executado no âmbito de operações de conjunto: ora, se numas operações terão excedente de edificabilidade, outras serão deficitárias. Em relação ao valor que está em causa para compensação da área verde, não é verdade que seja superior ao que havia sido proposto; respondendo à Sr.ª Vereadora Bárbara Barros, este acordo é a tradução rigorosa da estratégia executória, não havendo nenhuma alteração do ponto de vista da edificabilidade; uma última nota ainda para a questão da edificabilidade abstrata: a edificabilidade abstrata é aquela que fixa a edificabilidade a que os proprietários têm direito. Concluiu o **Sr. Vereador Miguel Bandeira (Coligação Juntos por Braga)** clarificando que todas as transferências são dentro do perímetro do parque. **VOTO DE LOUVOR – TREINADOR JORGE BRAZ:** Da Sr.ª Vereadora Sameiro Araújo, submetendo à consideração do Executivo Municipal a atribuição de voto de louvor público ao treinador

de futsal Jorge Braz, que recebeu o título de melhor selecionador de futsal do mundo, nos termos da proposta anexa. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. VOTO DE PESAR – CÓNEGO JOSÉ MARQUES:** Pela Sra. Vereadora da Cultura, Lúcia Brás Dias foi presente o seguinte voto de pesar, que se anexa. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Sr. Vereador Artur Feio (PS)** deixou à consideração do Executivo Municipal a atribuição do nome do Cónego a uma Rua/Largo, numa toponímia próxima. **PROPOSTA DA CDU:** «Da CDU, submetendo à consideração do Executivo Municipal a aprovação das seguintes medidas: 1.^a Suspensão do pagamento das rendas de habitação social para as famílias em que haja perda (total ou parcial) dos rendimentos, sem imposição de quaisquer penalizações por parte do Município; 2.^a Suspensão de qualquer processo de contraordenação no âmbito dos serviços prestados pela BRAGAHABIT e AGERE; 3.^a Estabelecimento de um período de carência, até ao segundo mês após a declaração oficial do fim das medidas de combate à pandemia, para o pagamento de dívidas até seis prestações ao Município e/ou empresas municipais; 4.^a Atribuição de um desconto de 40% na fatura da água e nas taxas de saneamento e de resíduos urbanos aos consumidores domésticos que, por efeito das restrições no âmbito do combate à pandemia, sejam privados dos seus rendimentos em valor igual ou superior a 30% por efeito comprovado das medidas de restrição a atividades económicas; 5.^a Alteração do primeiro escalão de consumo doméstico de água de 5 para 10 m³ e a inclusão, no seguinte escalão, dos demais consumidores domésticos enquanto vigorarem as medidas de restrição a atividades económicas que impliquem perdas de rendimento; 6.^a Suspensão total do pagamento do estacionamento à superfície nas zonas de estacionamento de duração limitada; 7.^a Preparação de um sistema de apoio, compra e distribuição de bens essenciais à população em isolamento ou em quarentena, em articulação com os produtores locais, comerciantes e feirantes, cuja atividade está diminuída, obviando-se assim também as consequentes quebras de vendas; 8.^a Isenção do pagamento de rendas comerciais e concessões em estabelecimentos afetados pelas medidas de restrição à sua atividade e situados em estabelecimentos de habitação, desportivos e culturais municipais, Tudo nos termos e com os fundamentos da proposta anexa.» **DELIBERADO APROVAR AS PROPOSTAS 1.^a, 2.^a E 7.^a, POR UNANIMIDADE; DELIBERADO REJEITAR AS PROPOSTAS 4.^a, 5.^a E 6.^a, COM VOTOS CONTRA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DO SR. VEREADOR ALTINO BESSA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.^a VEREADORA LÚCIA BRÁS DIAS (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DA SR.^a VEREADORA MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA), DO SR. VEREADOR MIGUEL SOPAS DE MELO BANDEIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS**

POR BRAGA) E DA SR.^a VEREADORA OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA (COLIGAÇÃO JUNTOS POR BRAGA). VOTARAM FAVORAVELMENTE A SR.^a VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS (CDU), O SR. VEREADOR ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO (PS), A SR.^a VEREADORA LILIANA ANGÉLICA COSTA MATOS PEREIRA (PS) E A SR.^a VEREADORA MARIA HELENA FERNANDES TEIXEIRA (PS). AS PROPOSTAS 3.^a E 8.^a FORAM RETIRADAS PARA REFORMULAÇÃO E POSTERIOR APRESENTAÇÃO. O Sr. Vereador Artur Feio (PS) referiu, quanto ao ponto 1.º, que seria importante quantificar a perda parcial de rendimentos e definir o período associado a esta mesma suspensão; quanto ao ponto 2.º, o Partido Socialista entende-o como ambíguo, uma vez que poderão estar em causa contraordenações que não se relacionem com a pandemia; o mesmo sucede, relativamente ao ponto 3.º; no que concerne ao ponto 4.º, sugere-se a alteração do vocábulo “económicas” para “laborais”; no ponto 5.º, PS aceitá-lo-ia se fosse retirada a última parte “atividades económicas que impliquem perdas de rendimento”; o ponto 6.º é uma repetição de uma proposta do PS em Março do ano transato; o ponto 7.º é também uma repetição de algo que já foi proposto pelo Sr. Vereador Carlos Almeida, não apresentado o PS qualquer objecção ao proposto; no ponto 8.º sugere-se a retirada para revisão. A Sr.^a Vereadora Bárbara Seco de Barros (CDU) aceitou a sugestão de alteração para o ponto 4.º, e admitiu a alteração à redação da proposta 2.^a. No uso da palavra, o Sr. Presidente da Câmara pronunciou-se quanto às duas primeiras propostas, tendo dito que, de forma genérica, dizem respeito a medidas que já são tomadas, por opção ou por imposição legal, não decorrendo de uma opção política local. A proposta 3.^a merecia uma revisão, para não haver a possibilidade de aplicar a regra a toda e qualquer dívida que exista ao Município; relativamente às propostas 4.^a e 5.^a, a lógica que tem sido adotada é a do rendimento em termos absolutos (já que são esses que determinam também os escalões), não havendo margem para o re-escalamento proposto. A proposta 6.^a já tem aplicabilidade, em determinados casos, devidamente balizados (ex: pessoas em isolamento profilático); relativamente à proposta 7.^a, não obstante os impedimentos formais que possam existir (nomeadamente as normas da contratação pública), o Município tem tentado impulsionar o setor do Mercado, nomeadamente no âmbito da iniciativa “Linha 60 +”, em que o Município tem pedido autorização aos beneficiários, para que, caso não tenham qualquer obstáculo, possam ser feitas as compras junto dos operadores do mercado municipal. Finalmente, à semelhança da 3.^a proposta, também a 8.^a carece de alguma precisão, determinando quais são os interlocutores que pretendemos beneficiar. **VOTO DE PESAR – ANTÓNIO SILVA:** Não obstante não constar da ordem de trabalhos, foi pelo Sr. Presidente proposto um voto de pesar pelo falecimento de António Silva, dirigente sindical. **DELIBERADO APROVAR UNANIMIDADE. APROVAÇÃO DA ATA EM**

MINUTA: DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE A PRESENTE ATA EM MINUTA NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO CINQUENTA E SETE ANEXO I DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, PARA SURTIR EFEITOS IMEDIATOS.**OUTROS ASSUNTOS:** Pelo **Sr. Vereador Artur Feio (PS)**, foi abordado o tema das descargas ambientais, criticando as medidas avulsas e pouco planeadas do Município em matéria ambiental, exemplificando com as árvores plantadas recentemente no Picoto, que (algumas delas) já estão a morrer. O Sr. Vereador fez ainda referência ao fenómeno de poluição quase semanal e as várias descargas, em diversos sítios do Rio Este, sem que daí resultem quaisquer culpados. Pela **Sr.ª Vereadora Bárbara Seco de Barros (CDU)**, foram aludidos dois assuntos: Comunicado relativo à instalação de um Gabinete de Saúde em Santa Tecla: Afirma que não sendo um equipamento municipal, pergunta como é que a instalação é feita: existe algum protocolo? -paga-se alguma renda? - Chegou à CDU um conjunto de imagens de um projeto de um Gabinete de Arquitetura (SRO), situado atrás de uma pedreira que se vislumbra na variante de acesso a Vila Verde/ zona da antiga Adega Cooperativa, pelo que indaga se existe já algum projeto que tenha sido submetido à Câmara deste empreendimento, e se já está licenciado. Esclarecendo as questões suscitadas: o **Sr. Presidente da Câmara** referiu que ainda não está licenciado, e que o projeto apenas deu entrada na Câmara Municipal a semana passada. Relativamente ao Gabinete de Saúde, trata-se de um contrato de arrendamento, à semelhança do que já acontecia com a Misericórdia, cujo valor são 2.000,00€/ mês, conforme explicação da **Sr.ª Vice-Presidente Sameiro Araújo**. Por fim, tomou da palavra o **Sr. Vereador Altino Bessa** para expor algumas considerações sobre a qualidade das águas do Rio Este, que se tem manifestado numa grande biodiversidade de fauna, considerando que Braga é um dos Municípios que mais tem trabalhado nestas áreas, e que tem tido, nos últimos 8 anos, melhorias significativas. **ENCERRAMENTO:** Às 12H35m e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Sr. Presidente encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso.-----

